



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.

ANO 2021

Agosto

Nº 382

Edição dedicada às Revoluções de 1930 e Constitucionalista de 1932

1930 - Uma Página Ignorada: A invasão de São Paulo pelo litoral

Coralio Bragança Pardo Cabeda

A adesão das guarnições do Exército no Estado do Paraná, secundada pela população civil, facilitava o avanço das colunas revolucionárias do RS, pois seria o último obstáculo antes do esperado enfrentamento com as tropas da 2ª Região Militar (São Paulo).

Dois tenentes revolucionários vindos do exílio, João Alberto Lins de Barros, veterano da Coluna Miguel Costa-Prestes, e Vicente Mário de Castro, participante da sublevação de 1926, tinham sido escolhidos para prepararem a revolução no Paraná.

Com o rápido sucesso alcançado pela adesão da força federal, o passo seguinte seria a preparação da invasão de São Paulo, onde forte resistência se organizava.

João Alberto, comissionado no posto de Coronel e a quem fora entregue o comando da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), grande unidade que deveria operar no setor sul, concebeu uma atrevida manobra diversionária. Um destacamento marcharia pelo litoral, rumando para Xiririca, Cananéia e Iguaçu, ameaçando Sete Barras e Juquiá, e rebatendo-se, posteriormente, sobre Capão Bonito ou Guapiara, onde fazia ligação com a divisão. Essa missão foi confiada ao 1º Tenente de Artilharia Vicente Mário de Castro, gaúcho de Rio Grande, comissionado como Coronel.

Filho e neto de oficiais da Marinha (o avô, Almirante, combatera no Paraguai), Vicente era soldado já experimentado nas nossas revoluções, tendo participado da Campanha do Paraná, em 1924, e sublevado a 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia a Cavalos (I/6º GACav), em 1926. Exilado no Uruguai, fora recrutado por Osvaldo Aranha, seu antigo adversário no Combate do Seival (25-11-1926), para participar do movimento de 30.

A força que deveria organizar e comandar recebeu o nome de Batalhão “João Pessoa”. Formavam-na o escol da mocidade curitibana, que se alistava cheia de entusiasmo. Entre seus componentes figuravam pessoas de representação social, profissionais liberais, professores universitários, acadêmicos, o que aumentava a responsabilidade e a preocupação do comandante.

A marcha seria realizada por região inóspita, quase desabitada e inçada de dificuldades de toda a sorte. Como se comportariam aqueles guerreiros entusiasmados mas inexperientes?

João Alberto, compreendendo os cuidados do companheiro, pôs à sua disposição um piquete de veteranos da Coluna Miguel Costa-Prestes: 40 bravos gaúchos de Tupanciretã, comandados pelo Coronel Nestor Veríssimo.

Veríssimo era homem de confiança de João Alberto, seu companheiro de Coluna e valente oficial *maragato* das Revoluções de 1923 e 1924.

O Batalhão “João Pessoa”, forte de 750 homens, deixou Curitiba no dia 13 de outubro, rumando por estrada de ferro para o porto de Paranaguá. Dali, em chatas do Lloyd Brasileiro, transportou-se para Guaraqueçaba, chegando a Porto Morato no dia 17 de outubro.

Começava, então, a luta contra a natureza, com tremedais, água e lodo a dificultarem a marcha. Caminhos e picadas estreitos obrigavam a coluna a deslocar-se em fila indiana, tendo de abandonar montarias e cargueiros por absoluta falta de forragem. Sem qualquer esperança de reabastecimento, víveres e munições tiveram de ser transportados a braço. E isso sob chuvas contínuas. A marcha assumia contornos dramáticos, pondo à prova a resistência da tropa.

Na Colônia Santa Maria, localidade na divisa de São Paulo com o Paraná, travou-se no dia 19 o primeiro contato da vanguarda, comandada por Nestor Veríssimo, com o adversário, fazendo-se 6 prisioneiros e tomando-se 30 fuzis com 1.000 cartuchos de guerra.

No dia seguinte, novo encontro em Rio do Meio, pondo em fuga as avançadas paulistas. Marchando sob chuva torrencial, a vanguarda chegava à margem do rio Itapitangui no dia 22, em cuja margem esquerda, na vila do mesmo nome, o inimigo se entrincheirara. Comandava a força paulista o Tenente-Coronel Pedro Árbues Rodrigues Xavier, oficial reformado da Força Pública.

Ali, travou-se o combate mais renhido. Atravessando o rio com água pelo peito e sob fogo dos defensores da praça, a vanguarda do Batalhão, após hora e meio de vivo tiroteio, armou baionetas e assaltou as trincheiras. Não resistindo à violência do assalto, o inimigo vacilou e terminou por debandar, deixando 15 mortos e feridos, 47 prisioneiros, uma metralhadora pesada, 38 fuzis e 20.000 cartuchos. Entre os mortos estava o comandante, Tenente-Coronel Pedro Árbues. Os atacantes tiveram dois mortos e dois feridos.

Na documentação apreendida na vila de Itapitangui constavam informações sobre o dispositivo das forças paulistas e um estudo sobre a possibilidade de acesso ao estado pelo litoral. Ressalte-se que, dada a dificuldade da marcha do Batalhão, cuja coluna alongava-se pela estreiteza dos caminhos, apenas a vanguarda, constituída pelo piquete gaúcho, reforçado pela 3ª Companhia, entrou em combate sob o comando do Coronel Nestor Veríssimo. O restante da força só chegou nos dois dias seguintes.

Após o Combate de Itapitangui, quando o Batalhão preparava-se para atacar Pariquera-Açu, um rádio aos comandantes das forças em operações informava a deposição do Presidente Washington Luiz em 24 de outubro.

Na tarde do dia 25, o Chefe do Estado-Maior da 5ª Região Militar comunicava ao Coronel Vicente Mário de Castro a vitória do movimento.

Em 27, era ocupada Pariquera-Açu; a 29, Registro e a 31, Juquiá. Desta localidade, em composição da Estrada de Ferro Sorocabana, o Batalhão deslocou-se para Santos, acantonando nos armazéns da Companhia Docas de Santos. Em 16 de novembro, pelo navio “Manaus”, retornava o destacamento vitorioso a Paranaguá, de onde, por ferrovia, chegava a Curitiba na noite de 17. Em 22 de novembro era dissolvido o Batalhão “João Pessoa”.

Nos elogios de praxe, o comandante não deixou de ressaltar o estoicismo de dois combatentes, Neylor Vasconcelos e Frederico Weiss, que, embora fisicamente deficientes, suportaram a marcha realizada por terreno considerado quase intransponível. Também prestou homenagem aos mortos do Batalhão, Elpídio Dorneles e Aristides Rocha, gaúchos, caídos no Combate de Itapitangui; Antônio Ramos, intoxicado ao sofrer as agruras da fome e Alberto Del Gaudio, afogado na Baía de Guaraqueçaba.

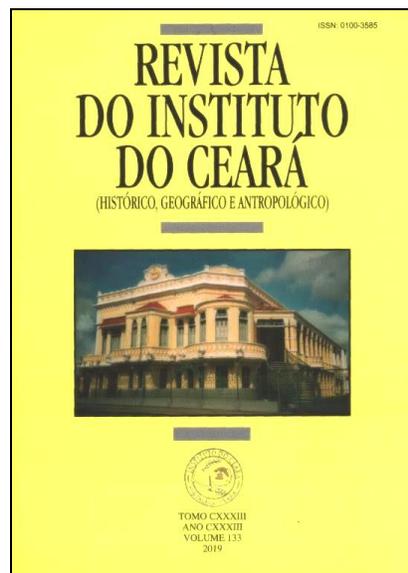
Em gesto elegante, o Coronel Vicente Mário de Castro, após a chegada a Santos, mandou por um oficial entregar a espada do comandante adversário, Tenente-Coronel Pedro Árbues, à sua família.

O difícil itinerário escolhido foi a opção resultante de reconhecimento feito na direção de Ararapira, atravessando a zona conhecida como Varadouro. Constatando-se a presença de forças inimigas e a vulnerabilidade em que ficaria o Batalhão, deslocando-se em pequenas embarcações, optou-se pela marcha de Porto Morato a Itapitangui, numa extensão de 70 km. Os documentos apreendidos nessa última localidade demonstrariam o acerto da decisão tomada.



OBRA(S) RECEBIDA(S) POR DOAÇÃO

Recebemos do Instituto do Ceará, através do Gen Bda Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, Presidente, dois volumes da obra cuja capa está abaixo. O trabalho traz excelentes matérias de cunho histórico e geográfico. Está à disposição dos integrantes, amigos e correspondentes.



A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada em 9 de julho de 1932 e sustentada, em inferioridade de forças, durante três meses, alcançou na paz o que não obteve pelas armas: o apressamento do retorno do País ao império da lei, a que Getúlio Dornelles Vargas, pressionado pelo "tenentismo", insistia em retardar. Esse movimento dos paulistas, comandado por (Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger) e por cariocas (Euclides de Oliveira Figueiredo), foi talvez a mais bela das revoluções republicanas brasileiras, pelo que representou de mobilização de esforços, dedicação à causa comum, tenacidade e resistência.

Não tendo praticamente ninguém a auxiliá-los — já que as prometidas adesões falharam ou não influíram na ação geral — os paulistas souberam fazer, da sua, uma reivindicação nacional, e, por isso, embora esmagados, bem cedo viram os brasileiros o acerto de sua gloriosa e heróica luta contra a ditadura.

A "Organização da Revolução"

Ao se empossar na Presidência do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas disse que o fazia como delegado da Revolução, "em nome do Exército, da Marinha e do Povo". Sua missão era entendida pelos observadores como a de organizar o movimento que depusera Washington Luís Pereira de Souza e a República Velha, revolta esta que nascera da junção das oposições políticas com os revolucionários tradicionais, numa simbiose ilógica que resultou ficar sem programa.

"A República — comentava-se — contou na sua implantação com uma elite de bacharéis e militares positivistas, com razoável uniformidade despropósitos. Todavia, a Revolução de 1930 foi um amontoado de tendências divergentes, não possuindo inicialmente, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados".

Mas essa fase de recomposição, agravada com os desmandos das interventorias e pela relativa paralisação da vida nacional, preocupava os cultores da ordem jurídica, que entendiam "não ser razoável prolongar-se, além do estritamente necessário, o regime dos poderes discricionários".

Do outro lado, surgiam os "tenentes" numa época de inegável prestígio. Depois de tantas lutas, iniciadas em 1922, não as queriam ver desperdiçadas, com a volta prematura das regras político-administrativas que haviam sido expurgadas pela Revolução. Batiam-se pelo prolongamento do governo discricionário, "até que ele preenchesse integralmente o seu fim, ou seja, permitindo a transformação radical do ambiente brasileiro; fazendo "tábua rasa" do passado; eliminando os partidos políticos; suprimindo as polícias estaduais (que tinham sido sempre os seus mais acirrados adversários) e controlando o Exército".

Sobrepondo-se aos partidos dispersados e às correntes novas que se preparavam para substituí-los, o "outubrismo" englobou o "tenentismo" e amalgamou os intransigentes do

movimento. Vargas submeteu-se, voluntariamente ou não, durante os primeiros meses pós-revolucionários, a esse rolo compressor, que o colocou sob a tutela do Clube Três de Outubro e, mais tarde, da Legião de Outubro. Conforme Alzira Vargas do Amaral Peixoto "Ser tenente e pertencer ao Clube Três de Outubro foi, durante certo tempo, mais importante do que ser general ou fazer parte do ministério".

A desejada reconstitucionalização era adiada, assim, contando com as próprias inclinações varguistas, confessadas ou não. Em março de 1932, discursando aos "outubristas", insistia Getúlio na necessidade de proceder, "antes da constitucionalização, à capina do terreno, das ervas daninhas que o esterilizavam". E sobre aqueles que desejavam apressar a volta do regime constitucional, classificou-os "como carpideiras, saudosistas das delícias fáceis do poder, ou incorrigíveis doutrinários, alheios às realidades nacionais..."

O Centro das Inquietações

Se Vargas houvesse procedido em São Paulo com a mesma habilidade que teve em Minas Gerais (conservando no poder a Olegário Dias Maciel), bem poucos motivos de queixa teriam os bandeirantes. Os que formaram o novo poder paulista a 24 de outubro de 1930, reconhecido de imediato pelo Gen Hastínfilo de Moura, eram liberais prestigiosos, com quem o Governo Provisório poderia contar inteiramente para o restabelecimento da ordem. Todavia, coerente com os princípios dos ortodoxos da Revolução — arredar os homens e as ideias do passado — Vargas saiu para uma solução "tenentista": indicar João Alberto Lins de Barros para seu delegado, em harmonia com um secretariado democrático; depois seria interventor. Não deixou Vargas de guiar-se, na escolha, por um motivo sentimental. Não foi qualquer tenente que ele mandou para São Paulo. Designou o companheiro de infortúnio de Antônio de Siqueira Campos, "o paulista Siqueira Campos", embora decepcionasse, assim, a corrente adepta de Miguel Costa ("sucessor natural da liderança de Siqueira"), não atendendo, também, à expectativa do Partido Democrático, que se inclinava pelo Dr. Francisco Morato.

Com João Alberto interventor, Miguel Costa passou a ocupar a Secretaria de Segurança, saindo, em consequência, do Governo, os democráticos, que com ele romperam a 24 de março de 1931. E já a 28 de abril, Miguel Costa sufocava um movimento nascente para depor o interventor e Isidoro Dias Lopes abandonava o comando da região para ceder lugar a Pedro Aurélio de Góes Monteiro, indicado para ser o observador de Getúlio.

Divergindo, mais tarde, João Alberto e Miguel Costa, indicou, o primeiro, para suceder-lhe — já que pretendia renunciar, "cansado de ser chamado de pernambucano e militar, em vez de brasileiro" — o jurista Plínio Barreto, escolha esta vetada pelo segundo. Foi nomeado então o paulista Laudo Ferreira de Camargo, que bem cedo largaria a interventoria, por intimação da reagrupada Legião Revolucionária, dando vez ao Cel Manuel Rabelo.

Um outro problema veio agravar as relações entre o Governo Provisório e São Paulo. Osvaldo Aranha substituiu José Maria Whitaker, o "mago das finanças", na Pasta da Fazenda, enquanto Joaquim Maurício Cardoso ocupava a da Justiça. Foi a fase das chamadas "Frentes Únicas", paulista e gaúcha. A pretendia aliança do Rio Grande do Sul com Getúlio Vargas caiu por terra, todavia, ao ser empastelado o "Diário Carioca", no Rio de Janeiro, demitindo-se em consequên-

cia os ministros gaúchos, o chefe de Polícia Batista Luzardo e outros funcionários. Tal fato jogou a política dos pampas ao encontro do ressentimento paulista.

Prenúncio de Crise

Em um esforço para minimizar a crise que aliava São Paulo e Rio Grande, Vargas designou interventor do primeiro, atendendo à reivindicação bandeirante "um paulista e civil", o Dr. Pedro de Toledo, velho diplomata e Ex-Embaixador na Argentina.

A nomeação de Toledo, veneranda figura, de grande prestígio, representou, nos primeiros momentos, uma ducha de água fria no ânimo paulista, propenso que estava à revolução, "para repor as coisas nos seus devidos lugares". Mas, na segunda quinzena de maio de 1932, voltou a esquentar-se o panorama: imaginando que a ditadura queria impor a Toledo, por intermédio de Osvaldo Aranha, secretários impopulares, sublevou-se a multidão que havia exigido antes que o interventor governasse sem peias. Afigurou-se aos paulistas que havia retornado o "período da ocupação". Imediatamente, fundiram-se pelo interesse comum os dois partidos que até então se hostilizavam (o velho republicano e o democrático).

Momentos de grande agitação viveu São Paulo nos dias 22 e 23 de maio. Realizaram-se comícios na Praça do Patriarca, em que oradores inflamados, entre eles Ibrahim Nobre, tribuno popular do movimento, deram a medida do inconformismo popular diante da situação, exaltando os brios tradicionais da gente das "bandeiras", "a consciência do seu papel histórico, de resistente e autêntico". A irritação popular foi uma manobra psicológica que serviu de "ponta de lança" do movimento que deveria apressar o retorno do País ao império legal. Manifestou-se, além dos comícios, através do repúdio público de oficiais da Força Pública contra a ditadura; em passeatas pelas ruas, em greves de universitários. Tão grande foi essa pressão que Pedro de Toledo viu-se obrigado, em flagrante rebeldia a Vargas, a formar um secretariado constituído, em sua maioria, por membros da Frente Única Paulista, sendo a notícia recebida pelo povo em meio a estrondosas ovações.

"M. M. D. C."

Na noite de 23 de maio, o que resultou de um tiroteio ensombrou a alegria geral mas forneceu a legenda para a revolta vindoura. Populares, depois de saquearem uma casa de armas, atacaram as "gazetas ditatoriais" e investiram contra a sede da Legião Revolucionária (getu-lista, fundada por Miguel Costa). No tiroteio ali travado, em que os sitiados reagiram a tiros de metralhadoras e com granadas de mão, feriram-se diversas pessoas, morrendo quatro jovens estudantes: Euclides Bueno Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade. As primeiras letras dos "nomes de guerra", Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo passaram a constituir a sigla M.M.D.C., que tituló o mais importante dos movimentos cívicos englobados pela Liga de Defesa Paulista. Muitos consideram que a Revolução Constitucionalista começou aí, nesses dias de maio. Ficara também gravemente ferido, naquela noite, o escrevente Orlando de Oliveira Alvarenga, que faleceu em 12 de agosto.

Vargas, a 3 de maio, marcara a data das eleições da Constituinte para o ano seguinte de 1933. Mas tal promessa não conseguiu serenar os inflamados ânimos paulistas e não os deixou esperar um ano: eles não confiavam mais no titular do Governo Provisório.

A 9 de julho, depois de intensas articulações e entendimentos com gaúchos e mineiros, rebentou a Revolução Constitucionalista, que já encontrou São Paulo em pé de guerra. Milhares de voluntários se apresentaram para seguir para a frente, provindos de todas as camadas sociais. As guarnições do Exército, com raras exceções — prontamente dominadas — aderiram imediatamente ao movimento, não se falando da destemida Força Pública. Instalou-se o QG revolucionário na Chácara do Carvalho, nos arredores da capital, e Pedro de Toledo, depois de desaconselhar a luta armada e não vendo seus argumentos serem levados em consideração, desistiu, deixou-se levar pelos acontecimentos, enviando a Getúlio um telegrama, assim redigido: "Esgotados todos os meios que a meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição desta região, ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu Estado".

Renunciava, para que os chefes militares mantivessem a ordem. Mas, seria depois aclamado unanimemente, pela Revolução, Governador de São Paulo.

A Reação de Getúlio

Conta Alzira Vargas que, interrogando o pai, obteve dele, na mesma noite de 9 de julho, a notícia:

"Rebentou em São Paulo um movimento armado contra o Governo. Várias guarnições estão sublevadas. Parece que em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul também. Dizem-se constitucionalistas. Mas isso é pretexto. Há mais de um mês nomeei a comissão para elaborar o anteprojeto da Nova Constituição Brasileira. O decreto foi publicado em todos os jornais. Já estão trabalhando. A Revolução de 1930 perderia o seu significado sem ela. A razão deve ser outra..."

O General Góes Monteiro narraria depois a reação de Getúlio à notícia de que generais iriam pedir a sua renúncia para "evitar derramamento de sangue entre irmãos": "Vargas munuiu-se de um revólver, escreveu uma carta-manifesto à Nação e declarou que não se entregaria e poria fim à vida, em último caso..."

Verificada a improcedência do boato e sabedor de que as tropas continuavam fiéis ao Governo Provisório, preparando-se os interventores estaduais para mandar forças atacar São Paulo, Vargas tranqüilizou-se.

Mas — como observa Afonso Henriques — "o depoimento do Gen Góes Monteiro revela que Getúlio Vargas já pensara, antes de 1954, em suicídio e pelo mesmo motivo, isto é, a ameaça de extinção do continuísmo.. ."

E o pensamento dos Vargas sobre o "caráter" da Revolução Constitucionalista? Utilizamo-nos mais uma vez do livro "Getúlio Vargas, meu pai", de Alzira:

"Positivamente, a Revolução Constitucionalista não era uma nem outra coisa. Não era uma revolução. Era uma represália. Não era Constitucionalista, pois apenas contribuiu para perturbar a constitucionalização do país. E por incrível que pareça, também não era paulista. O fermento veio do Rio Grande do Sul e a massa que se serviu da juventude e do solo bandeirante, como campo de batalha, era feita dos grãos de ódio de todos os reacionários de todos os tempos e de todos os Estados..." (...)

"Eram na sua maioria reacionários natos que haviam por engano ajudado a Revolução Redentora e em breve descobriram que esta ainda não era a "revolução dos seus sonhos..."

Responderiam os paulistas que a Revolução Constitucionalista - fora deflagrada porque o Estado perdera a sua autonomia e porque visava à integridade da forma federativa do governo republicano brasileiro. Por outro lado, "um movimento que contava com a participação de Lindolfo Collor, o verdadeiro precursor do trabalhismo no Brasil, não poderia ser taxado de "reacionário", assim como sua mensagem reivindicadora, "somente muito depois seria compreendida..."

Uma Revolta Antes do Tempo

A Revolução Constitucionalista deflagrou-se antes do tempo e precipitação, antes que seus aliados pudessem melhor engatilhar suas forças, ocasionou o fracasso militar do movimento. Só havia nos arsenais pouco mais de uma centena de tiros para municar cada soldado revolucionário. Armas, pouco mais de 40 mil fuzis e metralhadoras leves. O armamento encomendado às pressas ao estrangeiro, através do sanitarista Manoel José Ferreira, que se dirigiu com essa missão aos Estados Unidos, tendo autorização de gastar até um e meio milhão de dólares na compra, reduziu-se drasticamente à pouca quantidade que o governo americano permitiu sair do país, já que não reconheceu o estado de beligerância reivindicado por São Paulo para justificar a aquisição, criando ainda diversos empecilhos para o fornecimento do material. E para o cúmulo do azar, mesmo essa pequena quantidade se perderia, ao ser o iate "Ruth" — adquirido por 50 mil dólares nos EUA — apreendido pelo Governo Provisório, ao desembarcar no litoral paulista sua preciosa carga de cartuchos, fuzis e espoletas. Igual sorte teve o navio "Jaboatão", cuja tripulação tentou, em vão, entregar ao revolucionários, os 50 canhões antiaéreos trazidos do exterior.

O grosso dos participantes da Revolução Constitucionalista acusaria posteriormente o General Bertoldo Klingler como responsável pelo apressamento da revolta. Isto porque tendo ele dirigido carta ao Ministro da Guerra, Gen reformado Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, protestando contra a sua nomeação, obteve a reforma como resultado e a consequente exoneração do comando da circunscrição militar do Mato Grosso, cuja guarnição se comprometera a aderir à futura sublevação, devendo fornecer uma tropa de cinco mil homens, assim como copioso armamento e munição. Criticar-se-ia, também, a sua atitude, ao retirar-se do comando. O Cel Euclides de Oliveira Figueiredo, a respeito do fato, disse:

"Era assim o chefe que íamos ter à frente da nossa grande revolução. Antes de entrar na luta, já se considerava vencido. Despedia-se da tropa, sob seu comando, como a dizer que nada mais teria com ela daí por diante. E recomendava aos seus camaradas que se mantivessem em calma, dentro da ordem, na verdadeira disciplina. Nem uma palavra de incitamento. Abandonava-os..."

Revidaria Klinger:

"Entre as culpas que, tendenciosamente, me têm sido imputadas no malogro das armas constitucionalistas, figura a de ter causado a antecipação da Revolução, a despeito da sua impreparação militar. Devia ser então enorme o meu prestígio, para que, de longe, com ligações demoradas, prevalecesse o meu imaginado anseio por desencadear a guerra. Este prevailecimento se realçava por suplantar as convicções em contrário, alimentado por aqueles que se achavam no foco da grave resolução, e que sabiam, melhor do que eu, quais os elementos engatilhados. E entre esses figurava, como não podia deixar de ser, o veterano e infatigável animador militar da conspiração, General Isidoro Dias Lopes, como também figurou, conquanto à última hora, adrede chamado do Rio, depois de laboriosos entendimentos anteriores, o Cel Euclides Figueiredo, destinado a exercer o comando da 2ª D. I. O. (Divisão de Infantaria em Operações), inicialmente, enquanto não chegasse eu do Mato Grosso. Um e outro, presentes nos minutos decisivos da resolução de precipitar-se o levante, nada objetaram, nada tentaram, sequer esboçaram, com advertência serenadora dos ânimos: arrastou-os, como aos bravos conjurados civis, a pleiade de tenentes constitucionalistas, que secundavam ou propeliavam ao seu colega, meu plenipotenciário! Mas a culpa é minha. . ."

Uma terceira interpretação surgia sobre a "impulsividade provocada" de Klinger. O jornal "A Gazeta", em 12 de julho de 1932, publicou matéria da qual reproduzimos o seguinte trecho:

(...) "Aconteceu, pois, que o Governo Provisório não teve topete nem para levar adiante o caso do Gen Francisco Ramos de Andrade Neves, nem para destituir, por um golpe de força bruta, o secretariado paulista. Getúlio recuava, pois, em toda a linha. Havia, assim, necessidade de atraí-lo a um rompimento claro. O Gen Klinger dispôs-se ao sacrifício. Tendo consultado as "Frentes Únicas", dirigiu carta ao Ministro da Guerra..."

A Ação

Provocada ou não, a demissão de Klinger abriu as hostilidades. O Cel Euclides de Figueiredo assumiu incruentamente o comando de praticamente todas as unidades de combate sediadas em São Paulo. Todos os meios revolucionários contavam que a Revolução se desenvolveria numa sólida frente que agruparia São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais, além de ramificações noutros Estados. Todavia faltou-lhes o apoio. João Alberto, na Chefia de Polícia do DF, reprimiu os entusiasmos constitucionalistas, enquanto no Rio Grande, Flores da Cunha imprevistamente se colocava do lado getulista. Em Minas, o Ex-

Presidente Artur da Silva Bernardes não conseguia interessar a milícia para a causa revolucionária.

"Aos paulistas só restava uma probabilidade de vitória: atirar-se contra o Rio pelos trilhos da Central do Brasil. Mas isso não foi possível. E a revolução, desde a primeira semana, condenou-se à defensiva, ao desgaste, à desilusão" (Pedro Calmon).

Esse foi o erro crasso da revolta. A guarnição carioca dava indícios de aderir. O assalto na frente Norte teria sido decisivo para a vitória constitucionalista. A guerra de posição, de trincheira, aliada à carência de soldados treinados e de armas e munições, deu tempo ao Governo para providenciar a repressão. Saber-se-ia depois que algumas forças sediadas no Rio de Janeiro só esperavam que os paulistas avançassem um pouco, de seu Estado, para ajudá-las atacando a retaguarda dos legalistas que tivessem sido enviados para combatê-los. Mas São Paulo não se julgou bastante forte para tentar a aventura de ir até o Rio. O medo de ter a retaguarda cortada pelo Exército e Polícia de Minas, falou mais alto. Góes e o próprio Getúlio não deixaram de assinalar o erro que representou esse não avanço, essa decisão, pois deu ao Governo Provisório o que ele mais precisava: tempo!

O Governo Provisório deslocou, assim, para o Vale do Paraíba, forças poderosas que ali fixaram os revolucionários. A situação estratégica ganhou um aspecto que recordava a guerra de trincheira da primeira grande conflagração mundial. Disputada palmo a palmo, a frente não possibilitava vitórias decisivas. A campanha seria resolvida na fronteira de MG (altura da Mantiqueira) e nos limites com o Paraná (Itararé e Ribeira).

De todos os pontos do país, tropas foram mandadas contra São Paulo, pretextando os interventores que seus Estados "lutariam contra os italianos residentes na terra bandeirante que pretendiam fundar ali uma colônia fascista às ordens de Mussolini".

Depoimento interessante a esse respeito é o de Manoel Ananias dos Santos, revolucionário do Forte de Copacabana em 1922 e que, dez anos mais tarde, então já sargento da Força Pública de Sergipe, integrou um batalhão dessa milícia que foi enviado para combater os paulistas. Disse-nos Ananias que a tropa nortista tinha absoluta convicção de que iria enfrentar "estrangeiros que haviam assumido o controle de São Paulo, querendo desligá-lo da Federação, sendo a luta de Getúlio um esforço pela reintegração do poderoso Estado ao Brasil..."

O Assédio

Ao Sul, o General Valdoineiro Castilhos de Lima impelia os batalhões gaúcho, catarinense e paranense pelo velho caminho tropeiro de Sorocaba e progredia sobre Buri, Capão Bonito e Itapetininga. Já a força mineira retardou sua apresentação diante do Tunel da Mantiqueira devido à perplexidade trazida pela atitude do Gen Firmino Antonio Borba, comandante da região, que se manifestou, no primeiro momento, simpático à revolução. Estabilizou-se ali, como no Vale do Paraíba, a linha de combate, mas a coluna do Ten-Cel. Antonio Pirineus Souza, comandante do 6º Batalhão de Caçadores sediado em Ipameri, Goiás, e

deslocado à época para a 4ª Região Militar, manobrou em direção ao Rio Eleutério e Itapira, ao lado da 6ª Bateria do 8º Regimento de Artilharia Montada (única a não aderir aos paulistas), combatendo e pressionando os revolucionários.

Outra coluna (a do Cel Cristóvão de Castro Barcelos) entrou pelo Mogi-Mirim e mais outra tentou atingir o planalto pela Serra do Cunha. Para completar o tremendo assédio legal, a Esquadra bloqueou o litoral.

Ao amplo movimento de invasão, antepôs o Comando Rebelde a resistência tenaz, alimentada (só moralmente) pela promessa de apoio de outros Estados, onde se julgava iminente a revolta, e pelo entusiasmo paulista. Dizia o Gen Klinger: "Para não dar por perdida a partida antes do tempo, a senha do Alto Comando foi: durar!"

Todavia, a esperança da adesão de outros Estados desvaneceu-se inteiramente com a prisão de Antônio Augusto Borges de Medeiros e Artur da Silva Bernardes. A Frente Única do RS (Raul Pilla, João Neves da Fontoura, João Batista Luzardo e Lindolfo Collor), num golpe de desespero, conflagrou parte do interior gaúcho. No entanto, num combate a 20 de setembro em Cerro Alegre, perto de Piratini, contra as forças de Flores da Cunha, o "Velho Borges" caiu prisioneiro, depois de tenaz resistência, e com ele todo o Estado-Maior da Frente, com exceção de João Batista Luzardo, que conseguiu escapar. Vale aqui citar um episódio que bem retrata o espírito de resistência que manteve, irreduzíveis, nas prisões ou escondidos, borgistas e libertadores, incessantemente tramando a queda do getulismo, em aqueles dias. No Cerro Alegre, município de Piratini, fazenda de propriedade de Nicanor Barbosa, já completamente destruídos os revolucionários, reduzidos a oito homens, dois dos quais feridos, completamente esgotados pelas 4 horas de combate às tropas legalistas, mesmo assim procuravam resistir, dentro da casa de fazenda, aos 700 milicianos que os atacavam. À tardinha, o Cap Cavalcanti pediu a outro lutador, Alberto Severo, também ferido, que comunicasse ao "Velho Borges" a impossibilidade de continuar a resistência, por absoluta falta de meios. Foi o seguinte o último diálogo da batalha desigual, enquanto o Dr. Borges preparava chimarrão para servir aos combatentes:

- Esta resistência é inútil, Dr. Borges...
- Ainda temos munição, Severo?
- Apenas eu tenho três balas.
- Pois queime-as!

Borges de Medeiros foi transferido para o Distrito Federal, onde ficou detido numa fortaleza, até que foi desterrado para Pernambuco, permanecendo no nordeste por dois anos. Já Bernardes, que insistia em levantar a polícia mineira foi, depois de preso, transferido compulsoriamente para a Europa, com escala na Ilha das Cobras.

Na Bahia, 500 estudantes de medicina, que se haviam mostrado solidários à luta paulista, foram cercados e presos pelo Exército. E assim, todas as vozes discordantes de Vargas eram contidas, resultando impotentes para aliviar a pressão sobre a terra bandeirante, que sustentou, com pouco mais de 12 mil soldados regulares e 60 mil voluntários, durante três meses, uma luta desigual contra o resto do Brasil, "tão grande, tão valente e tão mal informado..."

A Dura Resistência

Fizeram-se prodígios em São Paulo para sustentar a luta e "durar". Técnica e eficiência juntaram-se ao ardor e à tenacidade e o resultado foi uma conjugação de esforços, nos lares e nas fábricas, admirável sob quaisquer pontos de vista. Organizações civis como os MMDC, SATO (Serviço de Abastecimento das Tropas em Operações), "Casa do Soldado", encarregaram-se de providenciar o fardamento, a assistência, a alimentação, o alistamento de voluntários. Damas da alta sociedade e mães operárias uniram-se para confeccionar fardamentos, integrar grupos de assistência, preparar material para curativos e socorros de urgência, servir de garçonetes para alimentar os estropiados soldados que regressavam do "front". Em apenas 20 dias mais de sessenta mil fardas foram prontadas e até o final da luta atingiu esse número 450 mil. Só na secção de costura, como informa Durval Ferreira, 72 mil mulheres trabalharam como voluntárias. Sucessivas turmas de moças aprendiam os rudimentos da enfermagem em cursos rápidos da Cruz Vermelha, partindo logo em seguida para a frente de combate. Eram as esposas e noivas as primeiras a estimular seus homens a partir contra a ditadura, chegando algumas a oferecer saias aos que se acovardavam.

Milhares de pessoas, de todas as classes sociais, doavam jóias, prata-rias, alianças, quaisquer objetos de metal (ouro, principalmente), para o financiamento da revolução. Mobilizaram-se todas as classes, a começar pela industrial, que revelou tremenda flexibilidade e capacidade de improvisação para transformar em bélica uma economia, até então voltada para a paz. Em pouco estavam mobilizados 740 engenheiros e 340 técnicos auxiliares. Químicos, profissionais liberais, associações, escolas, ofereceram-se para ajudar, fosse de que maneira fosse, "a revolução que era deles".

Improvisaram-se armas e munições; fabricaram-se munição de infantaria, morteiros leves e pesados, bombas, granadas de mão, lança-chamas, máscaras contra gases. Trens e automóveis eram encouraçados, enquanto canhões pesados montavam-se nas linhas férreas, minava-se o Porto de Santos e ativavam-se oficinas para a recuperação do armamento.

De todas as armas fabricadas pela revolução a mais eficiente foi o Morteiro Major Marcelino, construído pelo oficial da Força Pública de mesmo nome e pelo engenheiro Jorge de Rezende. Foi numa primeira experiência dessa bombarda, aliás, que morreu, atingido por um estilhaço, o próprio inventor, além do Cel Júlio Marcondes Salgado comandante da Força Pública, ficando ferido também o Gen Klinger. Na fase operacional do MMM — sigla do morteiro — foi ele construído aproveitando-se eixos de locomotivas e vagões em desuso...

A Escola Politécnica de São Paulo transformou-se em verdadeiro arsenal de guerra, destacando-se nessa ação os engenheiros Francisco V. de Azevedo, Mário Whately, Roberto C. Simonsen e Jorge de Rezende.

Outra improvisação paulista: a "matraca", que considerável pânico trouxe às hostes legalistas. Nada mais era do que um aparelho dispendioso de uma roda dentada, na qual tocava uma lâmina de aço, girando aquela em alta velocidade, provocando, assim, um ruído aterrador de fogo de metralhadora... Seu inventor: professor e engenheiro Otávio Teixeira Mendes, do "Batalhão Piracicabano".

Horas Tristes e Alegres

Aos dias tristes, como o da morte do Comandante Júlio Marcondes Salgado, vitimado, como dissemos, ao rebentar o morteiro em experiência, e do suicídio de Alberto Santos Dumont que, neurastênico e inconsolável, deslocou-se com o emprego da aviação na guerra fratricida, e não se falando da progressão de desastres sempre ocorridos nos dias de sábado, sucediam-se momentos de júbilo, como o da chegada de João Neves da Fontoura — para resgatar com a sua presença as decepções da revolução — e as notícias de vitórias nas frentes do Túnel e do Cunha.

Todavia, era esmagador o cerco sobre São Paulo. Toda a experiência revolucionária dos "tenentes" de 1922, 1924, "Coluna Prestes" e Revolução de 1930, agora a serviço da legalidade, volta-se contra os sublevados da terra de Siqueira Campos, orientando as unidades do Exército e das Polícias Militares repressoras do movimento. Mas os rebeldes não se deixavam iludir por vagas promessas de "constituições provisórias", "governo coletivo", "normalização do país". A ordem era "resistir até quando puder". E como o fizeram!

A resistência do Túnel foi épica. Esse setor da luta, decisivo para o domínio do Vale do Paraíba e, portanto, de imenso valor estratégico, havia sido perdido antes, mas foi retomado, resistindo aí os paulistas, comandados pelo General Hipólito Trigueirinho, que não mais o cederam aos legalistas, embora estes atacassem suas posições, diariamente, procurando desalojá-los.

No setor do sul, o General Brasília Tabora recorreu ao trem / blindado para desbaratar os gaúchos que avançavam a toda força, trazendo artilharia e metralhadoras pesadas. Foi essa uma das mais sangrentas batalhas da Revolução.

A aviação rebelde, integrada por homens como Ivo Borges, Lísias Rodrigues, Nicanor Virmond, Orsini de Araújo Coriolano, José Angelo Ribeiro, Mário Machado Bittencourt e outros, que pilotavam a reduzida força de oito aviões "Waco" tentava, apesar da escassez de meios, influir nos acontecimentos. Dois civis, brevetados pelo famoso João Negrão, um dos pilotos do "Jaú", chegaram a lançar panfletos sobre o Rio de Janeiro, pedindo adesões à causa revolucionária, numa tentativa de contrabalançar a guerra psicológica movida pelo Governo Federal, que apregoava estar lutando "contra os separatistas". Muitas ações heróicas foram ainda realizadas pelos aviadores, que chegaram até a atacar a Esquadra, mas quase todas elas resultaram impotentes diante das ondas de aparelhos legalistas, os "vermelhinhos" que inundavam o céu da paulicéia ...

O Fim

O Exército do Sul levava de roldão a defesa sobre a estrada de Sorocaba, enquanto, ao Norte, Eurico Gaspar Dutra ameaçava Campinas.

Foi nesse ponto que a Força Pública, numa decisão surpreendente, orientada pelo novo comandante, Cel Herculano de Carvalho e Silva, tratou da paz em separado, atendendo ao "canto de sereia" de Góes Monteiro, que, assim, a 29 de setembro de 1932, conseguiu abrir uma cunha na revolução, ocupando as forças da ditadura, logo a seguir, Itapetininga, ao sul, e Guaratinguetá, ao norte. Prosseguiram as defecções das tropas, cansadas de lutar sem

esperança contra o país inteiro, abrindo elas outras cidades aos legalistas. Chegou Klinger à conclusão de que outra senha era necessária: "não mais durar". Em mensagem ao comandante das tropas do Governo Provisório (Góes), ofereceu a rendição de suas forças. Depuseram-se as armas, consumando-se a capitulação a 1º de outubro, diante do protesto e da inteira desaprovação da frente do leste.

Durval Ferreira narra o que foi essa desolação:

"Tudo isso se passou sem conhecimento prévio do povo paulista, que aos primeiros rumores passou a viver horas amargas, de profunda e dolorosa inquietação. A princípio, a atitude do General Klinger foi recebida com verdadeira revolta. Houve ranger de dentes e imprecções dos que se julgavam em boa situação militar, pois o rádio era sempre otimista, e por isso supunham ter sido apunhalados pelas costas, numa miserável traição da chefia militar. Muitos dos próprios combatentes, embora fatigados daqueles meses de luta, não queriam aceitar a derrota. Preferiam uma retirada para o Mato Grosso, lutando sempre, sem enrolar a bandeira constitucionalista. Mas acabaram por se inclinar à inelutável realidade, quando as tropas começaram a ser desmobilizadas, ou a serem feitas prisioneiras, sem disparar suas armas sobre as vanguardas governistas, que avançavam, agora, sem maiores cuidados, confiadas na palavra dos comandantes, para quem a luta terminara e as armas deviam ser ensarilhadas..."

Foram detidos os principais chefes constitucionalistas e, a bordo de um navio mercante, seguiram eles para o exílio na Europa, ficando assim impedidos de votar ou concorrer às eleições de 1933.

Perdeu a Guerra... Mas Venceu a Paz

Não obstante ter sido forçado a capitular. São Paulo viu-se vitorioso na paz. O sangue derramado não foi em vão. Justiça seja feita: Getúlio Vargas foi magnânimo depois da vitória. Como bom lutador, respeitou o adversário que contra ele se batera tão valentemente. São Paulo foi tratado com altivez e, além disso, obteve a desintegração do "tenentismo" e do "outubrismo", que, a partir daí, em desespero, deu uma guinada para a esquerda, que transitaria do socialismo (1933) para a Aliança Nacional Libertadora (1935).

A eleição da Constituinte e a promulgação de uma constituição de categoria em 1934, embora esta viesse a ser derrubada três anos mais tarde, vieram dar a tônica da vitória moral, que mais se acentuou com a nomeação de Armando Sales de Oliveira para a interventoria paulista, sucedendo aos militares, Cel Herculano de Carvalho e Silva e General Valdomiro de Castilho Lima.

Comenta Pedro Calmon:

"Recomendável para a conjuntura por suas qualidades pessoais, Armando Sales, que se mantivera alheio das cogitações políticas, exerceria um governo circunspecto e dinâmico, que reergueu o Estado ao nível das mais altas soluções da República, tornando-se natural pretendente à chefia da nação, em 1936".

Episódios da Revolução

A história de uma revolução é uma colcha de retalhos, em que episódios trágicos, comoventes e heróicos se sucedem formando o conjunto. Vejamos aqui alguns episódios da Revolução Constitucionalista, de ambos os lados em confronto.

Na concentração de forças paulistas não faltou a solidariedade do clero. Há a esse respeito um episódio curioso, ocorrido em Eleutério, assim descrito pelo Cel Herculano C. e Silva:

"Um capelão, não sabemos de que ordem religiosa, acompanhara as tropas revolucionárias que ali operavam. Certa vez, numa trincheira, o fuzil de lado para a defesa pessoal e o breviário na mão esquerda, porventura aberto na página em que pedia a Deus remédio para tão grande mal, indiferente às balas, que lhe assobiavam sobre a cabeça, e aos "schrappnells"-e granadas que explodiam perto, continuava o padre a sua leitura. Num dado momento, em que mais acesa ia a luta, levantou os olhos da página que lia. Voltou-se, então, para o fuzil, fechou o breviário — que colocou num dos bolsos da sotaina — e, pegando da arma, pronunciou distintamente estas palavras: 'Deus que me perdoe!...' E foi um dos combatentes que mais lutaram nesse dia".

Em contrapartida, a causa do Governo Provisório também inspirava dedicações fanáticas, por parte do clero. Na epopeia do Túnel da Mantiqueira, um padre austríaco, residente em Passa Quatro, Alfredo Kobal, distribuía munição aos soldados legalistas, batendo-lhes nos ombros e dizendo: "Coragem, rapazes, pontarias certeiras contra aqueles rebeldes paulistas..."

Opinião de Soldado

Na região de Lagoa, perto da estrada de Gramma, uma patrulha da famosa Coluna Romão Gomes, constitucionalista, prendeu soldados de uma patrulha mineira. Os prisioneiros mostraram-se temerosos de sofrer castigos impiedosos, como se propalara entre eles. Um terceiro-sargento da polícia de Minas chegara, por esse motivo, a resistir à prisão. Homem de uns 40 anos, alta estatura, amulatado, abanou desconsoladamente a cabeça e disse: "É. Eu tava dizendo. Esse negócio de vim brigá em casa estranha não dá certo. Tava me parpitando..."

Em resposta às perguntas sobre o número de baixas da força mineira na região, falou:

"O capitão diz que nós tem de chegá a Casa Branca de quarqué jeito. Mais eu to vêno que nois num chega nem na metade do caminho... Paulista é um causo sério prá briga. Cada um sordado fais un istrago de gente que é uma barbaridade..."

Outros soldados legalistas tinham opinião diversa a respeito da maneira paulista de combater. No livro "Capacetes de Aço", de Afonso de Carvalho, há a reprodução de um diálogo entre soldados nortistas, quando mais eficiente se mostrava a artilharia constitucionalista, bombardeando as posições legais:

— Raimundo! É o diabo que está fumando!

— Oh, gente da peste — respondeu o outro — Paulista atira que nem deixa a gente dormir!

Sucedendo-se um período de silêncio angustioso, após a barragem de artilharia, ouviu-se mais uma vez: — Será que eles vêm nos assaltar?

-Tú tá besta! Você já viu paulista fazer assalto? Paulista tem receio de faca!

- Tá bom, tá bom. E se eles vierem aí?

- Bem capaz! Essa gente só sai do buraco à bala. Oh, gente ruinzinha para se defender. Gruda na terra que nem carrapato. E tome bala, tome bala. Eles saem mas custam...

Como diz o povo, "cada lado puxa brasa para a sua sardinha". Mas é incontestável que a coragem foi apanágio tanto dos "constitucionalistas" como dos soldados de Vargas.

Mata Mineiro, Degola Carioca

Diziam os legalistas, principalmente os enviados do Norte, que a sigla MMDC dos paulistas queria dizer: "Mata Mineiro, Degola Carioca".

Uma Carta

Do cadáver ensanguentado de um paulista, foi retirada, na frente do Paraíba, uma carta, em que a esposa do soldado lhe falava da angústia que sentia por ter sido acusada, pela família dele, como responsável pela sua ida para o combate:

"O nosso filho não queria ir — disseram-me teus pais. Acusaram-me de ter exigido de ti o sacrifício de pegares em armas e marchares para a trincheira. Responsabilizaram-me por tudo que vier a acontecer contigo. Vê agora a minha situação, meu amor. Agora, mais do que nunca, preciso que tu vivas e que tu voltes. Tu precisas viver!"

Ele não pôde voltar.

O Capitão Antonio

Na frente de um batalhão paranaense de provisórios, o Cap Antonio Gomes dos Santos, do Exército do General Valdomiro Lima, que atacava os revolucionários pelo Sul, comandou, de fuzil na mão, um assalto de baionetas para tomar a ponte Damião Ferreira. Os paulistas responderam com uma rajada ceifante. Houve um momento de hesitação. O bravo oficial avançou mais uma vez e assaltou as trincheiras inimigas caindo gravemente ferido na borda de uma delas, com uma bala na cabeça. Levado apressadamente para o hospital de sangue e submetido a uma inútil operação, ainda teve vida para recomendar aos médicos que ouviram de repente a sirena anunciando um ataque aéreo: "Os senhores vão para o abrigo. Escondam-se... Eu posso esperar..."

"Melo Maluco"

A aviação foi a trágica surpresa da Revolução. Legalistas e constitucionalistas sofreram o ineditismo e a violência dos bombardeios e às vezes tentavam, de fuzil na mão, atingir os velozes aparelhos que espalhavam a morte e a destruição. Todos acompanhavam os vertiginosos piques, flechando a terra com fulminantes rajadas, quase sempre indefensáveis. E quantos admiraram a audácia dos pilotos ao mesmo tempo maldizendo a diabólica aplicação da arma aérea.. .

Do lado legalista, um dos pilotos mais temidos era o Tenente Francisco de Assis Corrêa de Melo, apelidado de "Melo Maluco", cujos vôos de perícia e coragem, a bordo do seu "vermelhinho", assombravam tanto os amigos quanto os adversários. Um autor assim o descrevia:

"D'Artagnan do espaço! Alma de criança, vocação de águia; príncipe louro de legenda, voluptuoso de azul, de perigos e aventuras celestes; travesso namorado das nuvens e acintoso provocador dos abismos do céu, da obediência dos motores, das leis da gravidade e sobretudo da paciência do equilíbrio.. ."

Luta com os Companheiros

Com as derrotas dos paulistas de Itararé até Faxina, foram feitos prisioneiros uns quatrocentos nordestinos, alistados nas hostes paulistas. Quase todos fugidos da seca, haviam encontrado trabalho antes da Revolução e quando esta sobreveio, alistaram-se e foram combater os legalistas, sem nem ao menos saber por que nem para lutavam. Capturados, seu genio alegre despertou nos aprisionadores as maiores simpatias. Foram soltos. Ao chegarem as tropas pernambucanas, os ex-combatentes logo as procuraram. E o entendimento foi geral. O contentamento foi tão grande que imediatamente pediram ao Alto Comando que os deixasse ir para o "front" lutar contra os aliados da véspera. Queriam estar ao lado de sua gente. E lá se foram, cumprindo sua sina de "vira-mundo"...

Rio das Almas

Diante das posições paulistas do Rio das Almas, as tropas do Gen Valdomiro Lima encontraram a resistência mais tenaz. O contínuo martelar da artilharia, durante dois dias, nada obteve de positivo. A infantaria legalista debalde procurou assaltar as posições adversárias, de onde voavam chuvas de granadas. A 19 de setembro de 1932, mais tropas vieram reforçar a de ataque. A superioridade numérica acabou por prevalecer, depois de sangrento choque a arma branca, como em Itararé, conquistando os legais, a ferro e fogo, o sólido entrincheiramento inimigo. Só houve 35 lutadores paulistas que não se renderam: permaneceram no posto de sacrifício, apoiando a retirada do grosso da força constitucionalista, sendo os poucos que restaram vivos aprisionados à unha em plena luta. Clóvis Gonçalves assim descreve seu aspecto:

"São bem brasileiros como nós. A maioria cursa as academias paulistas. Gente de sociedade. Mostram-nos o morto que transportam com cuidado e veneração. Dizem-nos

